



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS-PORTUGUÊS**

LUCIANE DA SILVA ALMEIDA

**RACISMO E AUTORIA AFRO-BRASILEIRA: UMA LEITURA DAS MULHERES
NEGRAS DE O *DIÁRIO DE BITITA* E DO CONTO MARIA**

**CAMPINA GRANDE- PB
2023**

LUCIANE DA SILVA ALMEIDA

**RACISMO E AUTORIA AFRO-BRASILEIRA: UMA LEITURA DAS MULHERES
NEGRAS DE *O DIÁRIO DE BITITA* E DO CONTO MARIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Letras, da Universidade Estadual da Paraíba, com requisito parcial à obtenção do título de graduada em Letras-Língua Portuguesa.

Área de concentração: Literatura

Orientadora: Profa. Dra: Silvana Kelly Gomes de Oliveira

**CAMPINA GRANDE- PB
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A447r Almeida, Luciane da Silva.
Racismo e autoria afro-brasileira [manuscrito] : uma leitura das mulheres negras de Diário de Bitita e do conto Maria / Luciane da Silva Almeida. - 2023.
30 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.
"Orientação : Profa. Dra. Silvanna Kelly Gomes de Oliveira, Coordenação do Curso de Letras Português - CEDUC. "
1. Mulher negra. 2. Preconceito racial. 3. Literaturas femininas. I. Título

21. ed. CDD 801.95



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

FOLHA DE APROVAÇÃO

LUCIANE DA SILVA ALMEIDA

RACISMO E AUTORIA AFRO-BRASILEIRA: UMA LEITURA DAS MULHERES
NEGRAS DE O *DIÁRIO DE BITTA* E DO CONTO “MARIA”

Trabalho de Conclusão de Curso em
Letras Português da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito
parcial à obtenção do título de Graduado
em Licenciatura Plena em Língua
Portuguesa.

Área de concentração: Literatura.

Aprovado em: 28 / 11 / 2023.

BANCA EXAMINADORA

Silvanna Kelly Gomes de Oliveira

Prof.(a) Dr(a). Silvanna Kelly Gomes de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Luciano Barbosa Justino

Prof. Dr. Luciano Barbosa Justino
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Monalisa Barboza Santos Colaço

Prof.(a) Dr(a). Monalisa Barboza Santos Colaço
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu pai, Manoel Lopes de Almeida (in memoriam), que fez tanto por mim no decorrer da vida e cujas lembranças sempre estarão em minha memória, DEDICO.

A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa-grande”, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos. (Evaristo, 2020, p.54).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA LITERATURA	9
2.1	Racismo na trajetória negra	9
2.2	Representatividade negra nas obras literárias	11
3	PROBLEMAS DE AUTORIA: CAROLINA MARIA DE JESUS E CONCEIÇÃO EVARISTO	14
3.1	Biografia e empecilhos de publicação de Carolina Maria de Jesus	14
3.2	Conquista da visibilidade de Conceição Evaristo	15
4	UMA LEITURA ANALÍTICA DA OBRA DIÁRIO DE BITITA E DO CONTO “MARIA”	18
4.1	Leitura analítica das personagens Bitita e Maria à luz do racismo	18
4.1.1	Personagem Bitita	18
4.1.2	Personagem Maria	24
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS	28

RACISMO E AUTORIA AFRO-BRASILEIRA: UMA LEITURA DAS MULHERES NEGRAS DE O DIÁRIO DE BITITA E DO CONTO “MARIA”

Luciane da Silva Almeida¹

RESUMO

O corpus desta pesquisa é composto pela obra *Diário de Bitita* da escritora Carolina Maria de Jesus, publicada em 1986, que narra as memórias da infância e adolescência da personagem Bitita, uma menina negra que viveu em um período pós-abolição e vivenciou de perto o preconceito e a discriminação racial; bem como pelo conto “Maria”, presente no livro *Olhos d'Água*, da autora Conceição Evaristo, publicado em 2014, que conta a história da personagem Maria, uma mulher negra que mora na favela, cria seus três filhos sozinha e trabalha como empregada doméstica. Diante disso, buscamos analisar ambas as obras na perspectiva do preconceito racial, que é objetivo geral deste artigo, sendo atrelado a ele os seguintes objetivos específicos: a) refletir sobre o preconceito racial no Brasil; b) fazer uma comparação entre os traços de racismo presentes nas duas obras, através das personagens femininas Bitita e Maria; e c) mostrar as influências do preconceito racial nas produções literárias femininas de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo. Mediante essas considerações, o presente trabalho configura-se como uma pesquisa bibliográfica, para tanto, nos valem das contribuições de Proença Filho (2004); Ribeiro (2017 e 2019), para a compreensão mais ampla sobre o racismo na trajetória negra. Gonzalez (2020) e Duarte (2011), para abordar a representatividade negra nas obras literárias. Dalcastagné (2008) e Evaristo (2009), para falar sobre as personagens negras na literatura. E, por fim, serão utilizadas as teorias de Borges (2020); Gabriel (2011); Evaristo (2018 e 2020) e Cuti (2002 apud Evaristo, 2009), para explicar os problemas de autoria de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo. As conclusões da análise mostram a perpetuação do preconceito racial direcionado a personagens e autoras negras, que foram capazes de transcender o tempo. Assim, “Diário de Bitita” e o conto “Maria” permitem-nos ter um conhecimento da sociedade brasileira no século XX e XXI, trazendo à tona a realidade das mulheres afro-brasileiras dentro das estruturas de opressão e exclusão social.

Palavras-Chave: mulheres negras; personagens; autoria; preconceito racial.

ABSTRACT

The corpus of this research is composed of the work *Diário de Bitita* by the writer Carolina Maria de Jesus, published in 1986, which narrates the childhood and adolescence memories of the character Bitita, a black girl who lived in a post-abolition period and experienced close prejudice and racial discrimination; as well as the short story “Maria”, present in the book *Olhos d'Água*, by the author Conceição Evaristo, published in 2014, which tells the story of the character Maria, a black woman who lives in the favela, raises her three children alone and works as a maid. Given this, we sought to analyze both works from the perspective of racial prejudice, which is the general objective of this article, with the following specific objective being linked to it: a) reflect on racial prejudice in Brazil; b) make a comparison between the traces of racism present in the two works, through the female characters Bitita and Maria; and c) show the influences of racial prejudice on the female literary productions of Carolina Maria

¹ Graduanda em Letra-Português pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
Email: Luciane.almeida@aluno.uepb.edu.br.

de Jesus and Conceição Evaristo. Given these considerations, the present work is configured as a bibliographical research, for this purpose, we make use of the contributions of Proença Filho (2004); Ribeiro (2017 and 2019), for a broader understanding of racism in the black trajectory. Gonzalez (2020); and Duarte (2011), to address black representation in literary works. Dalcastagné (2008) and Evaristo (2009), to talk about black characters in literature. And, finally, the theories of Borges (2020) will be used; Gabriel (2011); Evaristo (2018 and 2020) and Cuti (2002 apud Evaristo, 2009), to explain the problems authored by Carolina Maria de Jesus and Conceição Evaristo. The conclusions of the analysis show the perpetuation of racial prejudice directed at black characters and authors, who were able to transcend time. Thus, *Diário de Bitita* and the short story “Maria” allow us to gain knowledge of Brazilian society in the 20th and 21st centuries, bringing to light the reality of afro-Brazilian women within the structures of oppression and social exclusion.

Keywords: black women; characters; authorship; racial prejudice.

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo propagou-se a falsa ideia de que não existia preconceito racial no Brasil pelo fato de o país conter uma população miscigenada, prevalecendo, assim, a ideia de democracia racial. Porém, atualmente, sabe-se que, no Brasil, o racismo não só existe como também está relacionado a fatores históricos e culturais que originam a desigualdade social. O racismo demarca uma parcela populacional, que sofreu com a exploração do trabalho, falta de moradia, educação escolar e perseguição cultural. Essas consequências são sentidas até os dias atuais, sendo a população negra a maior vítima de homicídio, como também a mais atingida pelo desemprego e analfabetismo. Além disso, ao realizar um estudo sobre sua representatividade literária, percebe-se que são os negros os que menos têm visibilidade tanto como autores, quanto como personagens.

Nesse viés, o presente trabalho irá fazer estudo acerca do racismo e da autoria afro-brasileira através das obras *O Diário de Bitita* de Carolina Maria de Jesus, e do conto “Maria” de Conceição Evaristo, mostrando como o preconceito racial influenciou e influencia na visibilidade autoral, bem como no contexto social no qual os personagens negros são inseridos. É notório que o cânone literário é, predominantemente, composto por autores brancos, sendo os pretos uma minoria. Ademais, em relação aos personagens negros, esta realidade não é divergente, pois eles são poucos comparados à propagação de brancos, e quando aparecem, quase sempre, estão atrelados a papéis inferiores (escravizados, empregados domésticos, bandidos, prostitutas, etc.). Essa discrepância fica ainda mais evidente quando se refere aos papéis de protagonistas, sendo os não brancos quase inexistentes.

Nesse contexto, o propósito deste estudo é responder a seguinte problemática: como ocorre a representação das personagens negras Bitita e Maria nas obras referidas, sob a perspectiva do racismo, e como as produções literárias de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo foram influenciadas pelo preconceito racial? Os objetivos são analisar as obras *O Diário de Bitita* e o conto “Maria” na perspectiva do preconceito racial; refletir sobre a representatividade negra na literatura e no racismo; mostrar as influências do preconceito de raça e gênero nas autorias de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo; e fazer uma comparação entre os traços de racismo presentes nas duas obras, através das personagens.

O interesse para fazer o estudo sobre a temática originou-se da leitura dos livros *O Diário de Bitita* e *Olhos d'Água*, nos quais evidenciei traços preconceituosos direcionados às personagens negras presentes em ambas as narrativas, sendo estas representadas com inferioridade em relação aos não negros, ocupando sempre os piores lugares sociais. Ao analisar as obras, observei que ocorreram mudanças apenas na forma de abordagem do

preconceito racial, uma vez que no século XX falava-se do racismo de maneira mais explícita, como perceberemos na análise da personagem Bitita. Já no século XXI, ele é retratado de maneira implícita, para que haja a falsa noção de que o racismo não mais existe, como é perceptível no conto “Maria”, de Conceição Evaristo.

Nesse contexto, a perpetuação do preconceito racial, na literatura, foi o ponto crucial para dar margem a pesquisa, uma vez que são necessários estudos nessa área para mostrar que o problema existe, sendo preciso combatê-lo, desconstruindo ideias preconceituosas direcionadas à imagem do afrodescendente, a fim de dar voz às minorias que são, por vezes, esquecidas e silenciadas.

Assim, o estudo sobre as literaturas afro-brasileiras proporciona também o acesso a tais obras, rompendo com a tradição canônica, na qual prevalece autoria e personagens brancos. Criam-se então, novas representações da imagem do negro, questiona-se e revisa-se o seu papel e seu lugar na sociedade brasileira. O acesso à literatura negra pode refletir na visão sobre si e sobre a população negra, contribuindo para dar maior visibilidade à autoria e aos personagens negros, que há muito tempo lutam pela ocupação de tais espaços. O método de pesquisa utilizado neste estudo será de cunho descritivo, focado em proporcionar uma nova visão sobre o objeto de pesquisa analisado, utilizando-se da pesquisa bibliográfica para haver um maior aprofundamento das teorias apresentadas e que permeiam as obras em análise. Seu teor descritivo está no fato de que a pesquisa irá especificar como as mulheres negras eram representadas nas obras no século XX e como elas são representadas no século XXI. O objeto da pesquisa será o romance *O Diário de Bitita* (1982) e o conto “Maria” (2014), e, nesses, a ênfase recairá sobre as personagens Bitita e Maria, tendo como foco o preconceito racial sofrido por elas.

Em relação à pesquisa bibliográfica, sabe-se que ela é realizada a partir de registros disponíveis, ou seja, a partir de livros, teses, artigos etc. Nesse sentido, a presente pesquisa utilizará de alguns desses textos como fonte para a abordagem dos temas a serem pesquisados. Assim, o estudo terá como suporte teórico as contribuições de autores de textos previamente consultados que auxiliarão na análise das personagens.

Primeiramente, foi feita uma minuciosa leitura do romance *O Diário de Bitita* e do conto “Maria”, em seguida, foi produzida uma resenha crítica sobre as obras. Posteriormente, uma releitura focando nos pontos cruciais, que serão as personagens Bitita e Maria e a conjuntura na qual estão inseridas. Após a coleta e análise dos principais dados, foi escolhido o tema Racismo e autoria afro-brasileira: uma leitura das mulheres negras de *O diário de Bitita* e do conto “Maria”. E por fim, foi feito um levantamento bibliográfico sobre alguns autores, que abordam a questão do racismo contra a mulher negra e o lugar de fala.

Para uma compreensão mais ampla sobre o racismo na trajetória negra serão utilizadas as teorias de Proença Filho (2004), Ribeiro (2017 e 2019). No que diz respeito à representatividade negra nas obras literárias, utilizaremos as teorias dos autores Gonzalez (2020) e Duarte (2011). Além disso, para explicar os problemas de autoria de Carolina Maria de Jesus e de Conceição Evaristo serão utilizados Borges (2020), Gabriel (2011), Cuti (2002 apud Evaristo 2009) e Evaristo (2018 e 2020). Por fim, sobre as personagens negras na literatura, Regina Dalcastagné (2008), Evaristo (2009) serão extremamente úteis.

Diante desses embasamentos teóricos, na primeira seção buscou-se refletir sobre a representatividade negra na literatura e racismo, considerando as raízes da origem do preconceito racial no Brasil e como ele influenciou e influencia na autoria e na representatividade dos personagens negros na literatura. A partir disso, será feita uma análise do caminho trilhado para a seleção dos autores pertencentes ao cânone, mostrando quais as influências da cor da pele para haver o enquadramento ou a exclusão dos autores do cânone literário. Em relação aos personagens afro-brasileiros, será feita uma análise da

representatividade negra nas obras, tendo como foco o índice de personagens negros na literatura e os papéis direcionados a eles.

Na segunda seção, analisaram-se os problemas de autoria de Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo, mostrando as influências do preconceito de raça e gênero em ambas autorias, evidenciando que, durante muito tempo, o poder de fala era exclusivo de pessoas brancas com maior poder aquisitivo. Com isso, a autoria negra, pobre e periférica ficava à margem, e muitas vezes, recaía sobre ela a dúvida em relação à validade autoral.

2 REPRESENTATIVIDADE NEGRA NA LITERATURA

2.1 Racismo na trajetória negra

O Brasil foi o último país ocidental a abolir, formalmente, o regime escravagista, através da assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888. Teoricamente, a partir desse dia os negros seriam cidadãos com os mesmos direitos e obrigações que qualquer pessoa branca. Porém, mais de um século se passou e o país não se libertou da mancha histórica que o racismo deixou na sociedade brasileira, pois, após a libertação dos escravizados, não foi tomada nenhuma medida para reintegração do negro à sociedade. Sobre essa problemática Ribeiro (2017) ressalta que:

Foram 354 anos de escravidão e, depois, não se criaram mecanismos de inclusão para a população negra como foram criados para os imigrantes que vieram para cá no processo de industrialização. [...] a população negra, que veio para cá como escrava e, portanto, em condição muito mais desumana. O poder sempre se esforçou para esconder a origem social das desigualdades, como se as disparidades fossem naturais, meritocráticas ou providencialmente fixadas (Ribeiro, 2017, s.p).

A ausência estatal na reintegração da população negra, mediante incentivos materiais e políticos, fez com que se perpetuasse o pensamento e as práticas escravocratas no país republicano. A falta de indenização e de assistência governamental acarretou em diversas consequências à vida dos recém libertos, deixando-os à margem da sociedade (vivendo na pobreza, sem acesso a uma moradia digna, à educação formal e morando em comunidades carentes, afastados dos bairros centrais). Sem acesso a terras, foram obrigados a exercer trabalhos braçais, mal remunerados para sobreviver; outros, ainda, acabaram retornando para as fazendas onde viveram durante o período de escravidão, para exercer trabalhos em troca de abrigo e comida. De acordo com Ribeiro (1995):

Liberto, porém, já não sendo de ninguém, se encontrava só e hostilizado, contando apenas com sua força de trabalho, num mundo em que a terra e tudo o mais continuava apropriada. Tinha de sujeitar-se, assim, a uma exploração que não era maior que antes, porque isso seria impraticável, mas era agora absolutamente desinteressada do seu destino (Ribeiro, 1995 p. 32).

Mesmo após 134 anos sem escravidão, o movimento negro luta para os afro-brasileiros poderem ocupar espaços sociais que sempre foram deles por direito. Nesse cenário, a democracia racial (uma sociedade sem nenhum tipo de discriminação ou barreiras legais e culturais, existindo a igualdade entre os vários conjuntos de pessoas que formam a humanidade) é, essencialmente, utópica, pois a igualdade sem nenhum tipo de preconceito nunca existiu. Todavia, segundo Gonzalez (2020), muitos tentam mascarar o racismo existente na sociedade brasileira, por meio de discursos sobre existências de uma igualdade de condições entre brancos e negros:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas [...] Nem parece preto (Gonzalez, 2020, s/p).

Diante disso, Nota-se que mesmo na tentativa de esconder a persistência do preconceito racial na sociedade brasileira utiliza-se frase preconceituosa “Nem parece preto”. Afirmando que ser médico, educadíssimo, culto, elegante e possuir feições finas, não condiz a realidade do homem preto na sociedade brasileira, sendo, este, privilégio dos homens brancos. Nesse contexto, sabe-se que se vigora, no Brasil, o racismo estrutural, ou seja, a discriminação racial presente em todas as camadas sociais, políticas e econômicas da sociedade, que contribui para as desigualdades sociais e a violência. De acordo com Gonzalez (2020):

A seleção racial já pode ser notada em anúncios de emprego que exigem “boa aparência”. Essa expressão, como sabemos muito bem, significa “Não aceitamos negros”. Não é por acaso que 83,1% das mulheres negras e 92,4% dos homens negros se concentram em ocupações ligadas ao trabalho manual não qualificado. Ou que quatro quintos da força de trabalho negra exerçam ocupações caracterizadas por baixa remuneração e por baixos índices de escolaridade (Gonzalez, 2020, s/p).

O racismo estrutural torna-se mais evidente quando se analisam as desigualdades raciais. No Brasil existem vários exemplos de discrepâncias entre negros e brancos, como, por exemplo, a falta de representatividade política, o baixo percentual de formação universitária, a violência urbana e o alto índice de analfabetismo e desemprego. Acerca disso, Gonzalez (2020) explicita suas considerações sobre essa problemática:

A população negra brasileira se encontra numa situação que não é muito diferente de há noventa anos atrás, pois as formas de dominação e exploração não acabaram com a falsa abolição, mas simplesmente se modificaram. Continuamos marginalizados na sociedade brasileira que nos discrimina, esmaga e empurra ao desemprego, subemprego, à marginalidade, negando-nos o direito à educação, à saúde e a moradia decente (Gonzalez, 2020, s/p).

No campo literário não é diferente, o direito à palavra e o domínio da linguagem ao longo de nossa história sempre estiveram associados a uma forma de poder. Assim, conforme Dalcastagnè (2017), as obras literárias do século XIX, em sua grande parte, foram escritas por homens brancos de classe social elevada, pois o domínio da prática de leitura e escrita eram muito restritas, sendo a figura masculina branca o detentor de maior acesso à educação escolar, e, conseqüentemente, os responsáveis pela produção da maioria dos textos literários, existindo pouquíssimos indícios de literaturas escritas por negros. Nesse viés, não é à toa que as obras mais conhecidas pelos leitores brasileiros sejam frutos de escritas de brancos pertencentes à elite, pois o racismo sempre foi fator decisivo da segregação de tais obras.

Atualmente, a formação do cânone literário está associada a um determinado grupo de escritores que estejam ligados às características estereotipadas no que concerne ao gênero, à raça, ao estilo individual de composição das obras e ao nível social que o indivíduo pertence. Nesse cenário, os autores passaram por um processo de segregação, sendo que a maioria das mulheres, das pessoas desfavorecidas economicamente e dos negros, no decorrer da história, sofreram com o apagamento, dentre eles estão Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus. Ambas as escritoras morreram esquecidas e sem nenhum reconhecimento pela grandiosa contribuição que deixaram para a literatura brasileira. Todavia, o argumento que os críticos fazem para mascarar o preconceito contra esses escritores é de que as obras literárias produzidas por elas não tinham qualidade literária, ou seja, não se adequavam aos padrões exigidos pela sociedade extremamente racista e elitista, que a todo custo tentava silenciar e apagar o legado

que os negros deixaram para a literatura. Nota-se que “a presença do negro na literatura não escapa do tratamento marginalizado que, desde as instâncias fundadoras, marca a etnia no processo de construção da nossa sociedade” (Filho, 2004, p.161).

Não é de se estranhar que grande parte dos escritores pertencentes ao cânone literário são homens brancos, dentre eles, se destacam Carlos Drummond Andrade, Monteiro Lobato, Jorge Amado, Guimarães Rosa, Graciliano Ramos e Euclides da Cunha. Nesse sentido, uma minoria são mulheres, ainda assim brancas, a exemplo de Cecília Meirelles e Raquel de Queiroz. O renomado Machado de Assis foi uma exceção dessa seletividade racial do cânone, pois era mestiço, filho de pais pardos. Todavia, devido a sua raça, sofreu, por muito tempo, o processo de “embranquecimento”. Apesar de não existir nenhum registro de que Machado de Assis era de pele branca, a elite sempre o representou como sendo branco. Sobre o caso desse escritor, Ribeiro (2019) afirma que:

O racismo no Brasil escondeu quem ele era por séculos. Sua foto oficial, reproduzida até hoje, muda a cor da sua pele, distorce seus traços e rejeita sua verdadeira origem. [...]. “Machado de Assis” foi embranquecido para ser reconhecido. Infelizmente. Um absurdo que mancha a história do país. Uma injustiça que fere a comunidade negra (Ribeiro, 2019, s/p).

Assim, nota-se que a cor da pele sempre teve grande relevância para que um escritor fosse enquadrado no cânone literário, uma vez que existem centenas de obras escritas por afro-brasileiros que foram simplesmente apagadas ou são desconhecidas por uma parcela expressiva de leitores, simplesmente por serem produzidas por um escritor negro.

2.2 Representatividade negra nas obras literárias

A presença do negro na literatura brasileira é muito limitada e com pouquíssimos personagens. Sendo o Brasil composto por várias etnias, a maioria formadas por negros, o fato da limitação na representatividade afro-brasileira causa certa estranheza e suscita hipóteses em busca de maior esclarecimento sobre o que causa a pouca representatividade da população preta no cenário literário. Imediatamente, isso remete ao período escravagista e, conseqüentemente, ao preconceito que limita o objeto da escrita, pois a figura do escravizado era reduzido ao trabalho braçal sem direito ao acesso à leitura e à escrita. Nesse contexto, de acordo com Cuti (2002) *apud* Evaristo (2009), surgia o mundo literário que era privilégio dos homens brancos:

Observando a pouca presença de personagens negros na literatura brasileira, em relação à imensa gama de personagens brancos, com seus papéis de protagonistas da história, Cuti, iniciador de Cadernos negros e fundador do grupo Quilombhoje de São Paulo, afirma que a literatura brasileira é abusivamente branca, “em seu propósito de invisibilizar e estereotipar o negro e o mestiço” (Cuti, 2002, p. 32 *apud* Evaristo, 2009, p. 20).

Nesse viés, a inserção do negro na literatura é sinônimo das inúmeras lutas enfrentadas por essa parcela da população para sair da invisibilidade à qual foi, por muito tempo, submetida. Diante disso, segundo Proença Filho (2004), no século XIX, o negro ganha mais destaque, sendo reconhecido, de fato, como personagem, e sua realidade histórico-cultural passa a ser tema das narrativas. Porém, é perceptível que desde o reconhecimento do negro como personagem até os dias atuais, há sequelas do período colonial, e isto é facilmente perceptível quando se analisa a literatura canônica e a contemporânea, na qual a figura do negro, quase sempre, ocupa um lugar de subalternidade. Além disso, grande parte das obras literárias são protagonizadas e narradas por homens não negros, refletindo, assim, o paradigma da dominação branca.

No momento em que começaram a difundir a literatura afro-brasileira, os escritores negros resgataram suas integridades, denunciando o preconceito racial enraizado na literatura brasileira. Apesar de a literatura negra ser reconhecida apenas por volta século XX, quando os movimentos negros ganharam força, sua prática já existia no Brasil desde meados do século XIX, por meio de escritores como Machado de Assis, um dos nomes mais importantes da literatura brasileira, que produziu poemas, crônicas, peças de teatro, etc., mas ganhou destaque no romance e no conto; e Maria Firmina dos Reis, que foi uma das primeiras romancistas negras do Brasil. Ela publicou o livro *Úrsula*, de 1859, que contava a história da escravidão através da visão dos escravizados. Como aponta Silva (2011):

Maria Firmina foi autodidata, por esforço próprio conseguiu romper a cadeia da exclusão das mulheres no mundo das letras e, mesmo assim, quando publicou *Úrsula*, em 1859, não ousou colocar seu próprio nome na capa – é o romance feito “por uma maranhense” (Silva, 2011, p.13).

Nesse contexto, nota-se que Maria Firmina dos Reis enfrentou vários desafios para poder escrever essa obra, ainda mais por se tratar de um tema antiescravagista, no período pós-escravidão, época na qual as mulheres eram vistas apenas como aquelas que deveriam cuidar do lar, dos filhos e do marido, não cabendo a elas o título de escritoras. Estes fatores justificam o fato de a autora ter assinado a obra com o pseudônimo “Uma Maranhense”, expressando o silenciamento no qual eram submetidas as escritoras no século XIX, não tendo direito de pertencer aos circuitos literários.

No século XX, a escrita afro-brasileira começa a ganhar força e as obras escritas por pretos, como, por exemplo, as publicadas por Carolina Maria de Jesus, primeira autora negra brasileira a conquistar a fama editorial, começam a ganhar visibilidade. Todavia, como ressalta Evaristo (2009) mesmo após o sucesso alcançado com a publicação de sua primeiro livro *Quarto de Despejo*, Carolina Maria de Jesus continua sem muito criticada por escritores e editores, que não aceitam que uma mulher negra, favelada e semianalfabeta fosse capaz de escrever tão grandiosa obra:

Uma favelada, que não maneja a língua portuguesa – como querem os gramáticos ou os aguerridos defensores de uma linguagem erudita – e que insiste e escrever, no lixo, restos de cadernos, folhas soltas, o lixo em que vivia, assume uma atitude que já é um atrevimento contra a instituição literária. Carolina Maria de Jesus e sua escrita surgem “maculando” – sob o olhar de muitos – uma instituição marcada, preponderantemente, pela presença masculina e branca (Evaristo, 2009, p. 28).

Carolina Maria de Jesus vai de encontro ao paradigma, que era considerado aceitável para as mulheres negras da época (mãe, esposa, dona de casa), lutando pelo direito de ser reconhecida como escritora, mesmo vivendo em condições marginalizadas. Carolina dá voz a milhares de mulheres negras silenciadas ao longo da história. Contudo, a autora, assim como Maria Firmina dos Reis, morreu no esquecimento, sem lucros e/ou reconhecimento, sendo redescoberta muito tempo depois. Atualmente, as obras carolianas são bastante estudadas e reconhecidas no meio literário.

Outro autor negro pertencente ao século XX é Lima Barreto (negro, filho de escravizados), que costumava escrever sobre temas nacionalistas, diferenças sociais e preconceito racial. “Um escritor, já na república, se destaca no desejo de pronunciar-se como negro, apesar de todas as dificuldades da época. Trata-se de Lima Barreto” (Evaristo, 2009, p. 26). Seu primeiro livro foi *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, publicado em 1909:

Em *Recordações do escravo Isaías* (1909), a fusão personagem-autor acaba criando uma cumplicidade de vozes em que o autor pensa e discute as relações sociais da

sociedade brasileira. Sua escrita se dispunha conscientemente a se apresentar como uma voz negra questionadora das relações raciais da época (Evaristo, 2009, p. 26).

Porém, a obra *O triste fim de Policarpo Quaresma* (1915) foi a que ganhou maior destaque, sendo a preferida das críticas literárias. Por ser negro e de família pobre, além de ter problemas de saúde (tendo sido internado diversas vezes em manicômio), o autor sofreu com o preconceito racial e com a exclusão social. No século XXI a literatura negra alcança maiores espaços, como afirma Duarte (2011):

No alvorecer do século XXI, a literatura afro-brasileira passa por um momento rico em realizações e descobertas, que propiciam a ampliação de seu corpus, na prosa e na poesia, paralelamente ao debate em prol de sua consolidação acadêmica enquanto campo específico de produção literária – distinto, porém em permanente diálogo com a literatura brasileira tout court (Duarte, 2011, p. s/p).

Porém, apesar de existirem diversas escritoras não brancas, como, por exemplo, Djamila Ribeiro, Ana Maria Gonçalves, Elisa Lucinda, Conceição Evaristo, Ruth Guimarães, Cristiane Sobral, entre outras, nota-se que ainda existe um enorme abismo entre negros e brancos quando se refere à ocupação dos espaços literários. Outrossim, observa-se que o negro sofre marginalização tanto como autor, quanto como personagem, ou seja, ainda que na ficção, o povo preto é marginalizado e profundamente invisibilizado, como realçado por Dalcastagnè (2017 e 2012):

A personagem do romance brasileiro contemporâneo é branca. Os brancos somam quatro quintos das personagens, com uma frequência mais de dez vezes maior que a categoria seguinte (negros). Em 56,6% dos romances, não há nenhuma personagem não-branca importante. Em apenas 1,6%, não há nenhuma personagem branca. E dois livros, sozinhos, respondem por mais de 20% das personagens negras (Dalcastagnè 2017 e 2012, p. 173).

Além dos personagens pretos serem a minoria, há sempre o distanciamento racial – o negro malandro, vadio, bandido, escravo. Isto é representado pelos personagens criados por Monteiro Lobato, a exemplo da tia Nastácia e do tio Barnabé, representados como serviçais de famílias brancas, e também o Saci-Pererê, que vive fazendo malandragem com todos à sua volta. Segundo Proença Filho (2004, p.162), “no século XIX, presentifica-se a visão estereotipada, que vai prevalecer até a atualidade, com alguma variação”.

A partir disso, observa-se que a figura do negro, majoritariamente, está associada a coisas negativas e a uma visão estereotipada, e isso se reflete diretamente na presença da figura de personagens afro-brasileiros na literatura, desencadeando uma limitação. Pois, além de ser pouquíssima a quantidade de personagens negros, quando aparecem, na maioria das vezes, estão associadas a papéis secundários, sendo uma minoria aqueles que exercem os papéis de protagonistas. Conforme afirmado por Dalcastagnè (2017), 5,8% dos protagonistas são representados por pessoas negras, sendo essa uma baixa proporção se comparados aos protagonistas brancos que ocupam 84,5% desses papéis.

Assim, é perceptível que o afro-brasileiro aparece nas obras muito mais como tema do que como voz autoral, já que há diversas obras que falam acerca de temas negros, porém, são limitadas as obras nas quais o personagem não branco possui voz e, quando possui, sempre está associado a um contexto social desfavorável, se comparado à figura do homem branco. É comum referir-se à literatura como um campo de liberdade/diversidade, no qual qualquer um que tenha algo a dizer possa se expressar. No entanto, essa realidade é diferente quando se refere à figura do negro, que nem sempre consegue exercer a liberdade de expressão, pois se sabe que muitos autores negros sofreram com o apagamento/silenciamento por sua cor de pele.

3 PROBLEMAS DE AUTORIA: CAROLINA MARIA DE JESUS E CONCEIÇÃO EVARISTO

3.1 Biografia e empecilhos de publicação de Carolina Maria de Jesus

Carolina Maria de Jesus nasceu em Sacramento, Minas Gerais (MG), em 14 de março de 1914. Neta de ex-escravizado, sua infância foi atravessada pela miséria, fome e preconceito racial. Desde muito cedo, precisou trabalhar para auxiliar no sustento da família. Ingressou no colégio aos sete anos, todavia, só cursou até o segundo ano do primário, por ser obrigada a abandonar o colégio para se mudar para a zona rural, pois sua mãe não tinha mais condições de manter a família na cidade. Apesar desse pouco tempo de estudo escolar, Carolina Maria de Jesus era uma leitora voraz, o que contribuiu diretamente para o desenvolvimento de habilidades impressionantes na escrita. Como afirma Gabriel (2019):

Esses dois anos incompletos de vivência escolar — somados aos esforços de sua professora, quem lhe emprestava livros de História e poesia, além de incentivá-la a escrever tudo que viesse à mente — foram suficientes para despertar em Bitita a sua paixão pela leitura (Gabriel, 2019, p. 96).

Após a morte de sua mãe, a escritora mudou-se para São Paulo, onde trabalhou como empregada doméstica. Nesse período, engravidou de um marinho que logo a abandonou. Devido a gravidez, perdeu o emprego e passou a viver nas ruas. Foi então que o governo de São Paulo ordenou que fosse recolhido todos os moradores de rua e fossem colocados em um terreno próximo ao rio Tietê, era formada a favela do Canindé, onde a escritora residiu por mais de uma década:

Carolina e outras centenas de pessoas são “despejadas” no leito do Rio Tietê, nas proximidades do bairro Canindé. Grávida e sem ter para onde ir, Carolina Maria de Jesus recolhe madeiras e outros materiais de construção numa igreja e constrói seu barraco num terreno público (a Favela do Canindé), nas proximidades do aterro sanitário da cidade, onde Carolina passou a catar material tanto para vender quanto para escrever (Gabriel, 2019, p. 97).

Morando agora na favela do Canindé, Carolina trabalhava durante a noite como catadora de papel e durante o dia escrevia o seu diário, em papéis recolhidos no lixão da favela. Neles, revelava suas experiências diárias, sentimentos e frustrações em relação à pobreza e à desigualdade social. O maior sonho de Carolina Maria de Jesus era tornar-se escritora, e para realizá-lo, enfrentou diversos empecilhos. Dentre eles, o preconceito racial e social, estigma da escrita considerada “menor”, e a falta de contatos e redes de apoio.

Carolina precisou de muita coragem para querer tornar-se escritora na época em que a literatura era, em sua grande maioria, produzida pela elite, composta, quase em sua totalidade, por pessoas brancas, que costumavam desprezar e marginalizar a literatura afro-brasileira. Além disso, ela era pouco letrada, escrevia de maneira simples e direta, abordando o contexto social diário. É por esse viés que Evaristo (2009) destaca que forma de escrita era associada à literatura “menor”, e os críticos literários prezavam pela complexidade estilística, o que dificultava a aceitação das obras pelas editoras:

Uma favelada, que não maneja a língua portuguesa — como querem os gramáticos ou os aguerridos defensores de uma linguagem erudita — e que insiste em escrever, no lixo, restos de cadernos, folhas soltas, o lixo em que vivia, assume uma atitude que já é um atrevimento contra a instituição literária. (Evaristo, 2009, p. 27-28).

Além disso, a falta de contatos e rede de apoio foi outro fator que gerou grandes dificuldades para Carolina publicar suas obras, uma vez que ela vivia em uma comunidade marginalizada, sem recursos financeiros, e isto reduzia drasticamente as chances de seus trabalhos serem avaliados pelas editoras.

Em 1958, devido à inauguração de um parquinho, o jornalista Audário Dantas foi enviado para a favela para realizar uma matéria. Quando estava no local, ouviu uma mulher negra reivindicando o uso do parquinho para as crianças e ameaçando que iria colocá-lo no seu livro. Assim, interessado em saber sobre qual livro a mulher havia mencionado, o repórter se aproximou de Carolina Maria de Jesus e descobriu seus escritos. Ao ler seus diários, ficou impressionado, e percebeu seu potencial literário, então, decidiu ajudá-la a publicá-los.

Assim, em 1960, foi publicado seu primeiro livro *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*, que teve grande sucesso de vendas. O livro foi traduzido para 10 idiomas e vendeu milhares de cópias no Brasil e no exterior. A autora conheceu o sucesso literário, sendo reconhecida em território nacional e internacional. Diante disso, participou de várias entrevistas, foi convidada para vários eventos, viagens e, finalmente, pôde sair da favela do Canindé, e passou a morar no bairro de Santana, em São Paulo. Porém, a fama durou pouco e, apesar do sucesso inicial, Carolina teve dificuldades para dar continuidade a sua carreira literária.

Além das dificuldades financeiras, por não receber os *royalties* e os direitos autorais como deveria, enfrentou inúmeras críticas de escritores e intelectuais que duvidavam de sua capacidade como escritora, por ser mulher e negra, pobre, semianalfabeta e morar em uma comunidade carente. Diante disso, as críticas decresceram a popularidade de Carolina Maria de Jesus e, conseqüentemente, dificultaram a sua carreira como escritora. Nesse ínterim, a autora publicou outros livros, por exemplo: *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961), *Provérbios* (1963) e *Pedaços da fome* (1963), no entanto, nenhum deles alcançou o sucesso de *Quarto de Despejo*.

Carolina Maria de Jesus faleceu em 13 de fevereiro de 1977, aos 62 anos, vítima de insuficiência respiratória. A escritora morreu esquecida pelo mercado editorial, uma vez que os livros publicados após *Quarto de Despejo* não tiveram a mesma repercussão, e o descaso fez com que ela não fosse aceita no cânone literário. Atualmente, suas obras ressurgiram, e ela passou a ser merecidamente reconhecida como uma grande escritora que deixou um legado significativo para a literatura brasileira. “Vozes negras, de homens e de mulheres, como a de Carolina, ecoam em letras por dentro/fora do sistema literário brasileiro” (Evaristo, 2009, p. 28). Carolina também teve obras publicadas postumamente, dentre elas: *Diário de Bitita* (1977), *Um Brasil para brasileiros* (1982), *Meu estranho diário* (1996), *Antologia pessoal* (1996).

Destarte, ao longo do tempo, as obras de Carolina Maria de Jesus vêm sendo cada vez mais estudadas e valorizadas, pois sua escrita oferece um olhar autêntico da realidade da negritude, da favela e do contexto social das minorias.

3.2 Conquista da visibilidade de Conceição Evaristo

Maria da Conceição Evaristo de Brito nasceu em uma favela na zona sul de Belo Horizonte (MG), em 29 de novembro de 1946. Sua infância foi atravessada pela miséria e pelo preconceito racial. Aos 7 anos foi morar com sua tia Maria Filomena da Silva, para que sua mãe tivesse menos uma pessoa para alimentar. Sua tia era casada com um homem viúvo de dois outros casamentos, porém, não tiveram filhos. Evaristo, aos 8 anos, começou a trabalhar como empregada doméstica, desde então, passou a conciliar trabalho e estudo até concluir o curso normal e ir morar no Rio de Janeiro, onde cursou Letras, mestrado e doutorado.

Para Conceição Evaristo, o período em que residiu na casa de sua tia Maria Filomena proporcionou-lhe o acesso à educação escolar ainda na infância, pois tinha melhores condições

financeiras que sua mãe. Foi ainda na infância que teve seu primeiro contato com a escrita, como aborda a própria autora: “a minha experiência com a escrita se dá desde cedo. As redações escolares, as invenções para escamotear a realidade. Ainda no curso primário, as professoras pediam redações – naquela época, em Minas Gerais, dizíamos composições.” (Evaristo, 2020, p. 33).

Contudo, apesar de Evaristo ter tido melhores condições educacionais que suas irmãs, sua trajetória escolar foi repleta de muitas dificuldades, pois, sendo uma criança negra, pobre e moradora de uma comunidade carente, não tinha recursos suficientes para ter acesso aos materiais escolares básicos, como caderno e livros. Segundo Evaristo (2020), seus cadernos eram feitos de embrulhos de pão e algumas folhas soltas, e sua leitura baseava-se em algumas revistas velhas e livros doados pelos ricos ou recolhidos nos lixos. Isto a fazia sofrer com a exclusão social e racial no ambiente escolar. No entanto, mesmo tendo pouco contado com livros, foi durante os primeiros anos escolares que a autora desenvolveu seu gosto pela escrita e pela leitura. Como evidencia Evaristo (2020):

Não nasci rodeada de livros, do meu berço trago a propensão, o gosto para ouvir e contar histórias. A grande oportunidade para a leitura constante me chegou, quando eu, já quase mocinha, tinha a autonomia para ir e vir à Biblioteca Pública de Belo Horizonte, casa-tesouro, em que uma das minhas tias se tornou servente (Evaristo, 2020, p. 53).

As histórias, muitas vezes contadas a Evaristo, seja pela sua avó ou por mulheres da comunidade em que morava, foi um ponto crucial para o desenvolvimento de suas obras que narram as vivências de mulheres negras que vivem à margem da sociedade, e que faziam parte do cotidiano da escritora. A crônica *Samba de Favela*, por exemplo, escrita em 1960, descreve sobre o cotidiano da favela, e a inspirou para que, anos depois, escrevesse a obra *Becos de Favela*, texto este que deu origem ao termo “escrevivência”, tão em voga atualmente.

[...] nos anos 1960, escrevi um texto que, hoje, vejo – naquela pequena crônica – a origem de texto do *Becos da Memória*. O texto tinha como título “Samba Favela” e foi publicado em 1963 ou 1964, no jornal *O Diário*, e também em uma revista de um seminário em Viamão, no Rio Grande do Sul. Era um texto que falava da vida na favela. Poderíamos pensar em uma crônica talvez. Hoje, relendo o texto, vejo que “Samba Favela” foi a semente de *Becos da Memória*. Foi a experimentação de uma escrita, marcada por uma escrevivência. Criei aquele texto, o primeiro, a partir de um lugar específico, particular, a minha vivência de jovem moradora em uma favela. Talvez naquele momento, eu confirmava para mim mesma, sem saber ainda, que a escrita me seria possível. Escrevivência vem daí, daquele texto (Evaristo, 2020, p. 33).

No início de sua carreira, Evaristo enfrentou diversos desafios para que seus textos fossem publicados, pois os autores negros sofriam com a invisibilidade literária, uma vez que a literatura negra, juntamente com as vozes de mulheres negras, tem sido historicamente negligenciada. Como afirma a própria Conceição Evaristo (2009):

Há estudiosos, leitores e mesmo escritores afrodescendentes que negam a existência de uma literatura afro-brasileira. Apegam-se à defesa de que a arte é universal, e mais do que isso, não consideram que a experiência das pessoas negras ou afrodescendentes possam instituir um modo próprio de produzir e de conceber um texto literário, com todas as suas implicações estéticas e ideológicas (Evaristo, 2009, p. 17).

Diante disso, é verídica a tarefa árdua enfrentada por Evaristo para superar a invisibilidade literária e ser reconhecida como uma voz importante na literatura brasileira, em uma sociedade extremamente preconceituosa. A cor de sua pele foi uma das principais barreiras ao ir em busca de oportunidades para a publicação de suas obras, pois era muito difícil encontrar

uma editora que publicasse livre de escritores negros. As dificuldades sistemáticas enfrentadas pela autora reduziam suas oportunidades de ser aceita por editoras tradicionalistas.

Outro empecilho era a falta de apoio e recursos. Evaristo sofreu com a escassez de acesso a redes e contatos na indústria editorial, como também com o desprovimento de bolsas e subsídios, e isto fez com que a divulgação de seus trabalhos fosse dificultada. Em uma entrevista concedida à jornalista Júlia Dias Carneiro, da BBC Brasil, Rio de Janeiro, em 9 março 2018, a autora afirma:

A primeira obra que eu escrevi, *Becos da Memória*, ficou guardada durante 20 anos. Eu mandei para várias editoras. O texto literário, no caso da autoria negra, carrega a nossa subjetividade na própria narrativa. A temática negra, principalmente quando trabalha com identidade negra, não é muito bem aceita (Evaristo, 2018).

O percurso de Conceição Evaristo como escritora começou a ganhar destaque com a publicação de seu primeiro livro, *Ponciá Vicêncio* (2003). A obra aborda temas como a identidade negra, o racismo e a condição da mulher negra na sociedade brasileira. A partir desse momento, Evaristo passou a ser reconhecida como uma voz literária importante, trazendo uma perspectiva única e necessária. O alcance da visibilidade de Conceição Evaristo não se limita apenas ao sucesso de suas obras, ela tem sido uma figura ativa na promoção da igualdade racial e de gênero, participando de eventos, palestras e debates, além de engajar-se em atividades acadêmicas. Esteve presente em seminários, conferências, eventos literários e debates sobre literatura, questões sociais e a negritude. Sua contribuição para esses debates são fundamentais para revisitar as questões enfrentadas pelas mulheres negras no Brasil e para estimular a reflexão e a transformação social.

Evaristo obteve reconhecimento não só no Brasil, mas também internacionalmente. Suas obras foram traduzidas para diversos idiomas e publicadas em outros países como Portugal, Estados Unidos, Espanha e França. Além disso, a visibilidade de Conceição Evaristo também foi ampliada por meio de prêmios e reconhecimentos. Em 2018, ela recebeu o Prêmio Jabuti na categoria Livro do Ano de Ficção pelo romance *Olhos d'Água* (2014). Esse prêmio é um dos mais importantes da literatura brasileira e contribuiu, significativamente, para aumentar sua popularidade e a importância de sua obra. A soma de tudo isso tem contribuído para difundir sua escrita e pensamento, influenciando uma nova geração de escritores e leitores.

Atualmente, a autora é reconhecida pela abordagem, em suas obras, de temas como raça, gênero e classe social. Diante disso, pode-se entender que:

[...] a voz de Conceição Evaristo carrega e propaga os sentimentos, as dores, as alegrias, os gritos e os sussurros de uma multidão de pessoas – de homens e, sobretudo, mulheres cujas vozes são insistentemente caladas. Com base no que chama de “escrevivência” – ou a escrita que nasce do cotidiano, das lembranças, da experiência de vida da própria autora e do seu povo –, ela compõe romances, contos e poemas que revelam a condição do afro- descendente no Brasil (Borges, 2020, p. 196).

Nesse contexto, nota-se que mesmo após 135 anos da abolição da escravatura, o preconceito racial ainda se faz presente na literatura, pois falar sobre a negritude ainda é um tabu, sendo indesejado aqueles que subjagam a capacidade do negro de produzir literatura relevante em comparação aos escritores brancos. Escrever sobre a visibilidade de Conceição Evaristo – mesmo tendo acontecido depois de idosa – é fundamental para a valorização da escrita afro-brasileira, pois as suas obras têm grande impacto sobre o campo literário e abre caminhos para que mais vozes negras sejam ouvidas e celebradas.

Assim, a atuação de Conceição Evaristo tem inspirado outras mulheres negras a assumirem o protagonismo na literatura e em outras áreas, ampliando a representatividade e a diversidade nas artes e na sociedade em sua totalidade. Sua voz poderosa e suas narrativas

profundas conseguem impactar pessoas e promover mudanças sociais, contribuindo para a desconstrução de estereótipos e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, bem como para enriquecer a literatura brasileira com uma perspectiva mais diversificada, inclusiva e real.

4 UMA LEITURA ANALÍTICA DA OBRA DIÁRIO DE BITITA E DO CONTO “MARIA”

4.1 Leitura analítica das personagens Bitita e Maria à luz do racismo

4.1.1 Personagem Bitita

A obra póstuma, *Diário de Bitita*, de Carolina Maria de Jesus, define-se pelo seu caráter memorialístico, tendo como foco narrativo o preconceito racial. Ademais, o livro possui narradora personagem-protagonista, já que ela não só relata a história, mas também participa dela como personagem principal. Além disso, o livro não possui prefácio, contendo, apenas, uma orelha, a qual não contém autoria. Apesar da obra trazer em seu título a palavra diário, ela não obedece à ordem canônica de diário, pois não possui datas. Trata-se, na realidade, de um texto em prosa, dividida em vinte e dois capítulos sendo eles: Infância; As madrinhas; A festa; Ser pobre; Um pouco de história; Os negros; A família; A cidade; Meu genro; A morte do avô; A escola; A fazenda; Retorno à cidade; Doméstica; A doença; A revolução; As leis da hospitalidade; A cultura; O cofre; Médium; A patroa; Ser cozinheira.

A obra foi publicada, primeiramente, em francês, em 1982, com o nome de *Journal de Bitita*, tendo sua primeira versão brasileira publicada no Brasil em 1986. Isto ocorreu porque, pouco antes de sua morte, a autora, em uma entrevista com duas jornalistas francesas, entregou seus manuscritos a elas, que levaram para França e nunca mais devolveram. Depois que Carolina faleceu, o livro foi publicado na França sem autorização dos detentores dos direitos autorais. Posteriormente, a família de Carolina conseguiu reaver o livro, traduzido para o português, e sendo publicado no Brasil quatro anos depois, em 1986.

O título original escolhido por Carolina Maria de Jesus era *Um Brasil para os brasileiros* ou *Minha vida*, sendo o título *Diário de Bitita* escolhido pelos editores, talvez na perspectiva que o livro fizesse tanto sucesso quanto a primeira obra da autora, *Quarto de Despejo*. Ademais, a narrativa não possui a escrita original, uma vez que foram corrigidas as incoerências gramaticais (ortografia, concordância nominal e verbal), típicos dos escritos da autora.

Diário de Bitita narra as experiências históricas negras após a assinatura da Lei Áurea, em 1888. A obra aborda diversos aspectos, desde a perpetuação do trabalho escravo, o analfabetismo da população negra, os genocídios negros praticados pela polícia, mas, principalmente, o racismo sistêmico. O romance é contado através do olhar de uma menina de pele escura, isso é acentuado várias vezes durante a narrativa, como aspecto de diferenciação da sociedade. Bitita era uma garota bastante questionadora, no entanto, essa sua peculiaridade, muitas vezes, era mal vista pela população de sua cidade, e até mesmo por sua família:

Perguntei a minha mãe:

— O mundo é tão bom! Ele é sempre assim?

Não respondeu-me. Dirigiu-me um olhar tão triste, um olhar que preocupou-me. Mas insisti.

— Mamãe! Mamãe... fala-me do mundo. O que quer dizer mundo? Ela me deu dois tapas, saí correndo e chorando.

Minha tia Claudimira disse:

— Você precisa dar um jeito nesta negrinha. Ela vai te deixar louca (Jesus, 1986, p. 24).

Bitita (personagem principal) foi o apelido recebido por Carolina Maria de Jesus ainda na infância. Ela era uma menina negra, neta de ex-escravizados, que nasceu na cidade de Sacramento (MG), 26 anos após a abolição da escravidão. A garota morava em uma casa bem humilde com sua mãe, Maria Carolina de Jesus (dona Cota), seu irmão e seu padrasto – não chegou a conhecer o pai:

Um dia, ouvi da minha mãe que o meu pai era de Araxá, e o seu nome era João Cândido Veloso. E o nome de minha avó era Joana Veloso. Que o meu pai tocava violão e não gostava de trabalhar. Que ele tinha só um terno de roupas. Quando ela lavava a sua roupa, ele ficava deitado nu. Esperava a roupa enxugar para vesti-la e sair (Jesus, 1986, p. 8).

Dona Cota nasceu na roça, quando atingiu a maioridade, foi residir na cidade de Sacramento/MG e casou-se com um homem pardo chamado Osório, com o qual teve seu primeiro filho, este de pele parda. Osório era preguiçoso, então, dona Cota teve que ir trabalhar para manter a família. Ela também começou a sair mais de casa para ir para os bailes dançar, e foi em um desses bailes que acabou conhecendo um homem e engravidou de Bitita, o que ocasionou sua separação. Dona Cota tomou remédios várias vezes para abortar, mas não conseguiu, então resolveu criar a filha:

Minha mãe ficou com dois filhos para manter. Minha mãe disse que bebeu inúmeros remédios para abortar-me, e não conseguiu. Por fim desistiu, e resolveu criar-me. Não fiquei triste, nem revoltada, talvez seria melhor não existir. Porque eu já estava compreendendo que o mundo não é a pétala de rosa. Há sempre algo a escravizá-lo (Jesus, 1986, p. 70).

O fragmento acima evidencia o abandono paternal, que não é algo somente da atualidade, mas que acompanha a história da humanidade. No Brasil, por exemplo, a miscigenação ocorreu através do processo de colonização, no qual os portugueses estupravam as negras e as indígenas. Nesse contexto, as crianças frutos desses estupros não tinham reconhecimento paternal. Isso fica mais visível quando se observa um índice tão elevado de mães solas negras, já que elas, desde muito tempo, eram as maiores vítimas do abandono marital. Como consequência desse período colonial, enraizou-se no país a herança cultural de filhos sem pai, propagando-se a ideia de que a responsabilidade da criação dos filhos é das mulheres.

O abandono paterno trata-se de uma realidade muito difícil, sentir-se abandonado por aquele que deveria ser a figura protetora, é conviver com a sensação de revolta, desprezo e indignação, como expressa a personagem Bitita: “talvez seria melhor não existir. Porque eu já estava compreendendo que o mundo não é a pétala de rosa.” (Jesus, 1986, p. 70).

Carolina vivia em uma época atravessada pelos resquícios da escravidão, e sua vida era marcada pela dureza e pela hostilidade. Ela era uma menina que possuía um gênio forte e era bastante ousada. A rebeldia da pequena Bitita manifesta-se como a não aceitação de Carolina Maria de Jesus ao silenciamento ao qual lhe era imposto pela sociedade patriarcal:

Quando os pretos falavam: — Nós agora, estamos em liberdade — eu pensava: “Mas que liberdade é esta se eles têm que correr das autoridades como se fossem culpados de crimes? Então o mundo já foi pior para os negros? Então o mundo é negro para o negro, e branco para o branco (Jesus, 1986, p. 56).

Carolina evidencia as amarras da escravidão vivenciada pelos negros mesmo após a abolição, uma vez que a falta de reintegração dos libertos à sociedade fez com que eles vivessem

em condições de submissão à população branca. A narrativa parte de fatos cotidianos para demonstrar os atos racistas vivenciados pela população negra da época, principalmente, advindas das autoridades policiais, que, em teoria, deveriam protegê-los. As mulheres negras, a todo tempo, eram bombardeadas por insultos racistas, e os homens negros, perseguidos como se fossem animais:

Aos sábados, os policiais apertavam-se. Eles colocavam um cinturão por cima da túnica. Era a prova de absoluta autoridade. Os pretos ficavam apavorados. As mulheres pretas saíam, iam nas vendas retirarem os seus filhos e seus esposos. Como é horrível suportar uma autoridade inciente, imbecil, arbitrária, ignorante, indecente e, pior ainda, analfabeta. Não conheciam as regras da lei, só sabiam prender (Jesus, 1986, p. 89).

Ademais, Carolina aborda na narrativa um tema que é bastante atual, o genocídio da população negra, mostrando que eles tinham medo da polícia mesmo que eles não estivessem fazendo nada de errado, o negro era sempre culpado e penalizado:

O fato que me horrorizou foi ver um soldado matar um preto. O policial deu-lhe voz de prisão; ele era da roça, saiu correndo. O policial deu-lhe um tiro. A bala penetrou dentro do ouvido. O soldado que deu-lhe o tiro sorria dizendo:
— Que pontaria que eu tenho!
Com o pé, ele movia o corpo sem vida do infausto e dizia:
— Ele deve ser baiano (Jesus, 1986, p. 112).

O trecho acima mostra que a vida do negro era descartável e, infelizmente, percebe-se que isso acontece até hoje. Nota-se que o genocídio da população negra ocorre não só pela morte física, como também a morte na esfera cultural e social (política, literatura, cargos de liderança, dentre outros). Assim, mesmo o negro não sendo mais escravo – pelo menos não legalmente –, continuou sofrendo os mais diversos tipos de violências, sejam físicas ou morais. A personagem Bitita, ainda criança, já sofria com o preconceito e com a discriminação racial:

Eu sabia que era negra por causa dos meninos brancos. Quando brigavam comigo, diziam:
— Negrinha! Negrinha fedida! A avó de minha mãe dizia:
— Eles são como os espinhos, nascem como as plantas. Não compreendi, mas achei tudo isto tão confuso!
Por causa dos meninos brancos criticarem o nosso cabelo:
— Cabelo pixaim! Cabelo duro!
Eu lutava para fazer os meus cabelos crescerem. Era uma luta inútil. O negro é filho de macaco, Que vontade de jogar pedras (Jesus, 1986, p. 92).

A maioria dos negros sofriam impedimentos para aprender a ler, Carolina acreditava que a falta de letramento era o principal fator que corroborava para aprisionar os pretos em suas realidades de submissão à figura do homem branco:

Eu notava que os pretos não sabiam ler. Nunca vi um livro na mão de um negro. Os negros não serviam o exército porque não eram registrados, não eram sorteados. Eles diziam: – É orgulho. Só os brancos que são considerados brasileiros. Ninguém na minha família tinha registro. (Jesus, 1986, p. 121).

A ausência do registro civil corroborava para que população negra, que já vivia em situação de exclusão com falta de recursos básicos para sobrevivência, péssimas condições econômicas e educacionais e precário acesso aos atendimentos de saúde, fosse empurrada ainda mais à margem da sociedade, visto que pessoas não documentadas permaneciam invisíveis

perante a sociedade, sendo impedidas de terem acesso aos direitos fundamentais fornecidos pelo Estado.

Os negros, quando jovens, exerciam trabalhos pesados e mal conseguiam ter dinheiro para a alimentação, e quando envelheciam tinham que ir pedir esmolas. Dona Cota, mãe de Bitita, lavava roupas na casa dos ricos. A vida dos negros era/é muito difícil, além da privação dos direitos básicos, como alimentação, moradia, saúde e educação, eram/é constantemente perseguidos pela polícia que os prendia ou espancava sem nenhum motivo: “Quando havia um conflito, quem ia preso era o negro e muitas vezes o negro estava apenas olhando. Os soldados não podiam prender os brancos, então prendiam os pretos. Ter uma pele branca era um escudo, um salvo-conduto” (Jesus, 1986, p.52).

Percebe-se que o racismo estrutural esteve presente em várias partes da narrativa. A autora utiliza a narrativa como um meio de dar voz às experiências de Bitita, e expor as desigualdades estruturais resultantes do racismo presente na sociedade brasileira. Na obra, o preconceito racial manifesta-se nas relações sociais e na forma como a personagem é tratada pela sociedade a sua volta. Até mesmo o ingresso da garota à escola era reflexo do poder dos brancos sobre a população negra. “Minha mãe era tímida. E dizia que os negros devem obedecer aos brancos. Por isso ela devia enviar-me à escola, para não desgostar a dona Maria Leite” (Jesus, 1986, p. 123). Na escola, Bitita era constantemente subjugada, humilhada e estereotipada, enfrentando discriminação em diferentes aspectos. Seus colegas de classe diziam: “— Que negrinha feia! /Ninguém quer ser feio. /— Que olhos grandes, parece sapo” (Jesus, 1986, p.122).

No entanto, mesmo enfrentando inúmeros preconceitos e discriminações, em pouco tempo a autora aprendeu a ler. “— Oh! Mamãe! Eu já sei ler! Como é bom saber ler!” (Jesus, 1986, p. 126). Ela passou a sentir-se poderosa e realizada, pois ninguém de sua família sabia ler. Mesmo ditatorial, a escola tem papel indispensável para abolir a subalternidade. Na escola, a menina aprendeu muito mais do que ler e escrever, foi nesse espaço que ouviu seu verdadeiro nome pela primeira vez:

Eu gosto de ser obedecida. Está ouvindo-me, dona Carolina Maria de Jesus! - Fiquei furiosa e respondi com insolência:

— O meu nome é Bitita.

— O teu nome é Carolina Maria de Jesus.

Era a primeira*-vez que eu ouvia pronunciar o meu nome (Jesus, 1986, p. 124).

No entanto, a menina só pôde frequentar a escola por dois anos, pois, como já mencionado, sua mãe teve que se mudar para um sítio para trabalhar, e ela teve que acompanhá-la, o que a deixou muito triste e descontente. Contudo, Bitita expõe uma grande determinação, uma vez que, mesmo com pouquíssima educação formal, deixou transparecer seu amor aos livros, lendo o que tinha ao seu alcance, fossem os livros cedidos pela professora, pelas vizinhas, ou aqueles os quais tinha acesso na casa de seus patrões:

Vasculhei as gavetas procurando qualquer coisa para eu ler. A nossa casa não tinha livros. Era uma casa pobre. O livro enriquece o espírito. Uma vizinha emprestou-me um livro, o romance Escrava Isaura. Eu, que já estava farta de ouvir falar na nefasta escravidão, decidi que deveria ler tudo que mencionasse o que foi a escravidão. Compreendi tão bem o romance que chorei com dó da escrava. Analisei o livro. Compreendi que naquela época os escravizadores eram ignorantes, porque quem é culto não escraviza, e os que são cultos não aceitam o jugo da escravidão (Jesus, p. 129).

Saber ler era algo tão além da realidade dos pretos da época, chegando Bitita a ser criminalizada por ler um livro volumoso, pois a sociedade acreditava que se tratava de um livro de bruxaria. Bitita era estigmatizada no espaço em que vivia pelo simples fato de saber ler. Ela

era considerada marginal em vários sentidos (mulher, preta, pobre e leitora). Nesse contexto, a população dizia que ela era feiticeira, que lia para fazer feitiços. “— É melhor você parar de ler estes livros, já estão falando que é livro de são Cipriano, que você é feiticeira” (Jesus, 1986, p.178). Carolina foi alvo de muita violência por causa desse interesse pela leitura, inclusive, chegou a ser presa vítima de uma falsa acusação:

Assustei quando vi os policiais. Eles pararam na minha frente e deram ordem de prisão. Não perguntei por que estava sendo presa. Apenas obedeci. Minha mãe interferiu, dizendo que eu não estava fazendo nada de errado.

— Cala a boca! E você também está presa. [...] Ficamos presas dois dias sem comer. O sargento mandou um soldado preto nos espancar. Ele nos espancava com um cacete de borracha. Minha mãe queria proteger-me, colocou o braço na minha frente recebendo as pancadas. O braço quebrou, ela desmaiou, eu fui ampará-la, o soldado continuou espancando-me. Cinco dias presas e sem comer. [...]

O braço de minha mãe doía. Ela chorava. [...]

O meu primo Paulo arranhou os vinte mil-réis, e me soltou. Hei de considerar meu primo Paulo como eu único parente (Jesus, 1986, p. 179-181).

Na adolescência, Bitita adquiriu uma doença, a qual no livro não deixa claro, mas expõe que as pernas da garota ficaram cheias de feridas e que ela não podia mais trabalhar, passando a viver dependendo do padrasto e da mãe. Então, começou a saga à procura de tratamento, passou a viver como andarilha, foi para Ribeirão Preto, Florianópolis, Sales de Oliveira, Orlandia e Jardinópolis e nada de encontrar a cura para sua doença. Nessas peregrinações, foi, diversas vezes, vítima de preconceito racial, até mesmo advindos da sua própria família:

Minhas primas estavam vestindo-se. Iám fazer um baile, haviam alugado um salão. Decidiram que eu deveria ir porque não me conheciam e não podiam me deixar sozinha.

— Não sabemos se ela é ladra (Jesus, 1986, p. 162).

Percebe-se, que na narrativa, existe a superioridade entre pardos em relação aos negros. Como a própria Carolina expôs em sua narrativa: “Casa de mulato, o negro não entra” (Jesus, 1986, p. 67). A tia da menina era parda, e por isso não simpatizava com os pretos. Nessa perspectiva, percebe-se, no trecho acima, atitudes racistas, uma vez que a cor da pele de Bitita a estigmatiza como sendo ladra. Hodiernamente, esta ainda é uma realidade, na qual o negro é visto como bandido e/ou vagabundo. Como a própria Carolina afirmava: “Ter uma pele branca era um escudo, um salvo-conduto” (Jesus, 1986, p. 52). As pessoas brancas, em muitos casos, desfrutam de vantagens e privilégios na sociedade na qual o racismo está enraizado, enquanto as pessoas as negras enfrentam obstáculos e discriminação.

Apesar da cor de sua pele ser responsável pela sua posição social, ela nunca se conformou, de fato, com o lugar social que diziam pertencer, por isso, foi uma menina questionadora, que queria a todo tempo se impor, indo de encontro com o sistema social ao qual estava submetida:

Minha mãe dizia que o mundo é assim mesmo. Fiquei furiosa:

— Ah! comigo, o mundo vai modificar-se. Não gosto do mundo como ele é. Minha mãe sorria e perguntava:

— O que é que você vai fazer do mundo?

— Não quero gente grande no mundo. São os grandes que são maus. As crianças brincam juntas, para elas não existe a cor. Não falam em guerras não fazem cadeias para prender ninguém. Eu não gosto dos grandes. Os grandes têm coragem de enfiar uma faca no outro. Outro dia um espinho entrou no meu pé e doeu tanto! E se fosse uma faca? O tio Cirineu me ouvia e dizia: — Esta negrinha vai longe (Jesus, 1986, p. 106).

Carolina Maria de Jesus também evidenciou em sua obra a subalternidade vivenciada pelos negros mesmo após sua libertação, uma vez que continuaram submetidos às autoridades brancas, sendo explorados por eles: “[...] Prometeram que me pagavam quarenta mil-réis. Trabalhei dois meses. [...] Me deram cinco mil-réis, deveriam me dar oitenta. Eu tive que viajar a pé para a cidade. Roguei pragas ao sírio Benjamim, e à sua esposa dona Maria. Avarentos.” (Jesus, 1986, p. 142).

Após a abolição da escravidão, era muito comum que os negros fossem vítimas de falsas promessas de salários e, posteriormente, recebessem valores muito inferiores. Essa era uma forma de continuar explorando os negros e reforçar as desigualdades sociais, uma vez que os pretos, muitas vezes, viviam em situações de vulnerabilidade econômica e tinham poucas oportunidades de empregos. Empregadores inescrupulosos se aproveitavam dessas vulnerabilidades para enganar e explorar os recém-libertos. Nos dias atuais, apesar de estar expresso no art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que “sendo idêntica à função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade”, ainda persistem as desigualdades salariais, principalmente relacionada ao sexo e a etnia, na qual mulheres e negros tendem a receber salários inferiores a homens brancos.

Diante disso, no decorrer da obra, nota-se que a autora faz diversas indagações, dentre elas: “Será que cada criança tem que ter um pai?” (Jesus, 1986, p.7); “Então o mundo é sempre assim? Todos os anos é a mesma coisa?” (Jesus, 1986, p.22); “Se a guerra não traz benefícios para os homens, então por que é que eles fazem as guerras? [...] Será que eles não se comovem com o sangue dos seus semelhantes?” (Jesus, 1986, p.43); “Porque será que o estrangeiro chega pobre aqui e fica rico? E nós, os naturais, aqui nascemos, aqui nós vivemos e morremos pobres?” (Jesus, 1986, p. 51). Esses questionamentos têm como finalidade envolver o leitor, fazendo com que ele se sinta mais conectado à narrativa e às questões apresentadas. É como se Carolina estivesse à sua frente narrando a história. Além disso, as perguntas induzem o leitor a refletir sobre os temas abordados no livro, incentivando-o a pensar mais profundamente sobre tais assuntos, como, por exemplo, o machismo e as desigualdades raciais, que funcionavam como um abismo para distanciar a população negra da branca, como podemos constatar no trecho a seguir:

Eu estava com cinco anos, achava esquisito aquelas cenas antagônicas, a minha mentalidade embrionária não me auxiliava a compenetrar aquelas divergências. Se o negro passava cabisbaixo, o branco xingava!

— Negro, vagabundo! Eu não gosto desta raça! Eu tinha esta raça para o comércio. Eu pensava: “Meu Deus! Quem foi que começou esta questão, foi o preto ou foi o branco? Quem procurou o preto? Se foi o branco quem procurou o preto, ele não tem o direito de reclamar. O negro não invadiu suas terras, foram eles que invadiram as terras dos negros.” Ninguém para me explicar. A minha mãe já estava saturada com as minhas perguntas (Jesus, 1986, p. 60).

Ao viver em um país tão desigual e racista, a menina tentava buscar uma explicação para tal fato. Pois, mesmo após décadas da abolição da escravidão, pouca coisa havia mudado até aquele momento:

As crianças que voltavam da escola falavam do Thomaz Antonio Gonzaga, que mataram. Do frei Caneca, que mataram. Se a princesa Isabel não deixasse o Brasil, também seria morta. Então o mundo é assim? Quando alguém quer ajudar os pobres, os infelizes, eles Matam (Jesus, 1986, p. 99).

Carolina fala abertamente sobre as adversidades brasileiras, expondo a opressão sofrida por aqueles que queriam ir contra ao sistema ditatorial da época. Escancara que o Brasil, que almejava passar a ideia de um país próspero, mascarava os reais problemas vivenciados naquela

época, principalmente, pela população negra, que sofria com o desemprego, racismo, genocídio e analfabetismo. Isso explica porque seus livros levaram tanto tempo para serem publicados, pois a autora foi vítima, de certa forma, do silenciamento, visto que suas narrativas eram propagandas negativas para o Brasil, já que evidenciavam as mazelas cotidianas.

É importante reafirmar que a Lei Áurea não resolveu os profundos problemas raciais que existiam no Brasil. O preconceito racial persistiu após a abolição, com muitos escravizados enfrentando a segregação social, econômica e política. O racismo alavancou as desigualdades sociais entre brancos e pretos no país. Carolina teve um ato extremamente ousado ao colocar a mão na ferida, debatendo o tema tão incômodo para a sociedade. A autora mostrou, que a abolição apenas garantiu a liberdade legal dos pretos, mas estes continuaram, indiretamente, escravos da população branca, que os oprime, agride e explora.

4.1.2 Personagem Maria

O livro *Olhos d'água*, ao qual o conto “Maria” pertence, foi publicado em 2014, sendo composto por 15 contos, abordam diversos temas, a exemplo de racismo, machismo, violência contra a mulher e as desigualdades sociais. São narrativas curtas que contam histórias sobre crianças, homens e, principalmente, mulheres, a exemplo de “Maria”. Tais textos estão imersos em “escrivências”, visto que experienciou o que é pobreza e a marginalização do povo preto. O conto “Maria”, escrito em menos de quatro laudas, possui como foco narrativo o preconceito racial. O narrador é onisciente. Este está diretamente inserido na história, conhecendo todos os fatos com riqueza de detalhes (sentimentos, emoções e o próprio pensamento das personagens). A protagonista é Maria (uma mulher negra, mãe solo e empregada doméstica). Os personagens secundários são: dois assaltantes (um deles, o ex-companheiro de Maria), o motorista do ônibus e os passageiros. A narrativa desenvolve-se em dois lugares, o ponto do ônibus e dentro do veículo.

Maria é uma mulher negra que vive em um ambiente marcado pelo racismo estrutural. No decorrer da narrativa ela enfrenta inúmeras situações de discriminação racial e exclusão social. Através da personagem Maria, Conceição Evaristo expõe de forma explícita e implícita o racismo presente no cotidiano da personagem, seja em relação a questões trabalhistas, agressões verbais e os gestos de desprezo enfrentados por ela. Logo no início, o título do conto, “Maria”, chama a atenção por ser um nome bastante comum, o que nos remete a pensar que Evaristo o escolheu, propositalmente, para que representasse as diversas “Marias” pelo Brasil afora, inclusive a ela própria, pois seu nome é Maria da Conceição Evaristo de Brito.

Durante a leitura do conto Maria nota-se que a ficção se aproxima da realidade, abordando problemas sociais que fazem parte do cotidiano da população negra. O conto, que constitui o corpus deste estudo, inicia-se com uma mulher, Maria, parada em um ponto de ônibus há mais de meia hora: “Maria estava parada há mais de meia hora no ponto de ônibus. Estava cansada de esperar. Se a distância fosse menor, teria ido a pé. Era preciso mesmo ir se acostumando com a caminhada. Os ônibus estavam aumentando tanto” (Evaristo, 2016, p. 39). Logo após, o narrador começa a contar os acontecimentos do dia anterior, domingo.

Havia tido festa na casa onde Maria trabalhava como empregada doméstica, e sua patroa a havia dado as sobras que seriam destinados ao lixo (comidas, frutas e até os ossos do pernil): “Elalevava para casa as sobras. O osso do pernil e as frutas que enfeitaram a mesa. Ganhara as frutas e uma gorjeta. O osso a patroa ia jogar fora” (Evaristo, 2016, p. 39-40). Este fragmento evidencia as desigualdades sociais entre a empregada pobre e negra e a patroa, que, possivelmente, era branca.

Maria possui uma condição financeira fragilizada, uma vez que seu salário não é suficiente para bancar as despesas básicas, como remédios e alimentação, tendo que aceitar as sobras de comidas da casa da patroa. Isso remete ao período da escravidão em que os

escravizados se alimentavam dos restos de alimentos dos seus senhores. Maria era mãe de três filhos, demonstrava um amor incondicional por eles, uma vez que estavam sempre em seus pensamentos. Mesmo cansada com o peso das sacolas, ela demonstrava felicidade por estar levando para casa frutas para os filhos e pensava: “as crianças nunca tinham comido melão. Será que os meninos gostavam de melão?” (Evaristo, 2016, p. 39-40).

No segundo parágrafo, o narrador expõe que na mão da Maria tinha um corte profundo, provocado pela faca-laser da patroa: “A palma de umas de suas mãos doía. Tinha sofrido um corte, bem no meio, enquanto cortava o pernil para a patroa. Que coisa! Faca-laser corta até a vida!” (Evaristo, 2016, p. 40). Neste trecho pode-se associar o corte como sendo a metáfora do racismo. A localização do corte, bem no meio da palma da mão, associa-se a divisão entre a sociedade: de um lado encontra-se a população branca, do outro, a negra. E esta separação desencadeou o racismo que apesar da Constituição Federal alegar que sua “prática [...] constitui um crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei” (CF, 2012, p. 14), é histórico, estrutural e cotidiano o exercício desse crime, que não apenas priva o povo preto do direito de ir e vir, mas esta faca-laser (racismo) corta até a vida.

Em seguida, o narrador retoma ao presente momento em que passa a história. O ônibus chega, Maria adentra com as sacolas pesadas, se sente aliviada por haver lugares vagos, poderia descansar um pouco até chegar ao local de desembarque. Entretanto, ao passar pela catraca, um homem paga sua passagem e senta ao seu lado; ela, imediatamente, o reconhece: seu ex-companheiro. Maria começa a lembrar o tempo em que viveu com ele em um barraco, a relação entre eles e o nascimento do seu primeiro filho:

O ônibus não estava cheio, havia lugares. Ela poderia descansar um pouco, cochilar até a hora da descida. Ao entrar, um homem levantou lá de trás, do último banco, fazendo um sinal para o trocador. Passou em silêncio, pagando a passagem dele e de Maria. Ela reconheceu o homem. Quando tempo, que saudades! Como era difícil continuar a vida sem ele. Maria sentou-se na frente. O homem assentou-se ao lado dela. Ela se lembrou do passado. Do homem deitado com ela. Da vida dos dois no barraco. Dos primeiros enjoos. Da barriga enorme que todos diziam gêmeos, e da alegria dele. Que bom! Nasceu! Era um menino! E haveria de se tornar um homem. Maria viu, sem olhar, que era o pai do seu filho. Ele continuava o mesmo. Bonito, grande, o olhar assustado, não se fixando em nada e em ninguém. Sentiu uma mágoa imensa. Por que não podia ser de outra forma? Por que não podiam ser felizes? (Evaristo, 2016, p. 40).

A figura da mulher negra associada à mãe solo representada pela personagem Maria, revela a realidade de muitas mulheres pretas brasileiras, que vivem sobrecarregadas por precisarem educar os filhos sozinhas e trabalhar fora para suprir as necessidades financeiras de sua família. A maternidade negra nos remete ao período da escravidão, em que as mães pretas deixavam seus filhos nas senzalas passando fome e frio para amamentar e acalantar os filhos da casa-grande. Atualmente, muitas mães negras, por necessidades financeiras, são obrigadas a deixar seus filhos em casa para servir na casa dos patrões, como a personagem Maria. A ausência da figura paterna implica cruelmente na vida da mulher negra, que tem que arcar com todas as responsabilidades familiares (alimentação, moradia, educação, etc.).

Além de todas as dificuldades citadas, enfrentam também o preconceito e a cultura do machismo. É bastante comum olhares julgadores sobre as mães solas, responsabilizando-as pelo fim do relacionamento, acreditando que este fato tenha sido ocasionado por irresponsabilidade ou inconseqüência da mulher. Por outro lado, a figura masculina se torna apenas uma vítima. Assim, a cultura do abandono paternal está associada ao machismo. Muitas vezes, o homem, ao ser comunicado de uma gravidez, entende que responsabilidade de criação é apenas da mulher. Diante disso, não assumem e/ou auxiliam na criação dos descendentes, recaindo toda a responsabilidade sobre a mulher, como é o caso da personagem Maria.

Apesar da vida difícil que Maria teve ao lado do seu ex-companheiro, sentia saudades da época vivida ao seu lado. Porém, como o narrador descreve o homem (“olhar assustado, sem fixar em ninguém”), prenunciava algo que iria acontecer. Eles conversam bastante. O rapaz pergunta pelo filho e, por fim, cochicha algo no ouvido da mulher, ela entende que é mandando um abraço e um beijo, um carinho para o filho. Depois o homem se levanta e anuncia o assalto, ele e o cúmplice recolhem os pertences dos passageiros. Maria ficou atordoada em meio à situação, pois nunca havia presenciado um assalto no ônibus, e, ainda, com um dos assaltantes sendo o pai de seus filhos, que ela ainda amava tanto:

E logo após, levantou rápido sacando a arma. Outro lá atrás gritou que era um assalto. Maria estava com muito medo. Não dos assaltantes. Não da morte. Sim da vida. Tinha três filhos. O mais velho, com onze anos, era filho daquele homem que estava ali na frente com uma arma na mão. O de lá de trás vinha recolhendo tudo. O motorista seguia a viagem. Havia o silêncio de todos no ônibus. Apenas a voz do outro se ouvia pedindo aos passageiros que entregassem tudo rapidamente. O medo da vida em Maria ia aumentando. Meu Deus, como seria a vida dos seus filhos? (Evaristo, 2016, p.41).

Percebe-se que Maria não sentia medo do assalto, seu medo era da morte, pois deixaria seus filhos sozinhos em um mundo tão difícil e preconceituoso. Além disso, os pais são um dos marcos de referência para os filhos, sendo fundamentais no processo de formação do indivíduo. Nesse contexto, a ausência da figura paterna e materna direcionariam brechas para a criminalidade.

Um fato importante é que o leitor só descobre que Maria é negra já nos últimos parágrafos do conto e isto dá sentido a todas as informações colhidas anteriormente, ficando evidente o racismo sofrido pela personagem. Após a descida dos assaltantes, ouviram-se vozes que gritavam:

Negra safada, vai ver que estava de coleio com os dois. Outra voz ainda lá do fundo do ônibus acrescentou: Calma gente! Se ela estivesse junto com eles, teria descido também. Alguém argumentou que ela não tinha descido só para disfarçar. Estava mesmo com os ladrões. Foi a única a não ser assaltada. Mentira, eu não fui e não sei porquê. Maria olhou na direção de onde vinha a voz e viu um rapazinho negro e magro, com feições de menino e que relembra vagamente o seu filho. A primeira voz, a que acordou a coragem de todos, tornou-se um grito: Aquela puta, aquela negra safada estava com os ladrões! (Evaristo, 2016, p. 41-42).

Foram empregadas palavras de cunho pejorativo para nomear a personagem (negra safada, puta). Sabe-se que o dono da voz é um homem que se utilizou de xingamentos para expressar seu racismo diante de Maria. A palavra “negra” é utilizada com sentido depreciativo, tendo como intuito demonstrar que a cor da pele da mulher representa seu caráter, uma vez que o termo “negro” sempre remete a algo ruim, negativo (magia negra, lista negra, ovelha negra, a coisa está preta).

Nota-se que as palavras que representam as vozes dos personagens são colocadas em itálico, no intuito de dar ênfase ao que está sendo pronunciado (raiva, preconceito, discriminação). Existe uma forte e explícita opressão direcionada a Maria, principalmente, advinda da figura masculina. Ademais, as marcas de oralidade presentes na fala dos personagens têm a função principal de representar a linguagem dessa comunidade subalternizada influenciada por processos socioculturais e históricos, evidenciando o racismo e o machismo. Posteriormente, um trecho chama a atenção do leitor: O dono da voz levantou e se encaminhou em direção a Maria. A mulher teve medo e raiva. Que merda! Não conhecia assaltante algum. Não devia satisfação a ninguém. Olha só, a negra ainda é atrevida, disse o homem, lascando um tapa no rosto da mulher (Evaristo, 2016, p. 42).

A fala do personagem representa veemente a condição da mulher negra na sociedade brasileira, principalmente, quando se refere ao lugar de fala. A protagonista foi silenciada com um tapa na face, uma vez que na percepção social o negro não possui o direito a fala, e essa percepção só tende a agravar quando o sujeito negro é mulher. A protagonista Maria, foi vítima de violências físicas e morais. No conto, Maria é acusada de ser cúmplice de um assalto, algo que ela não teve nenhum tipo de participação. O ódio direcionado a ela vai muito além dessa acusação, mas está interligado a fatores históricos de preconceito e discriminação que, muitas vezes, são praticados de forma implícita, mas não menos violenta.

A personagem é a representação real de inúmeras mulheres negras que vivem dramas idênticos e ao tentar ir contra o sistema opressor imposto pela sociedade, são friamente silenciadas, a exemplo da vereadora Marielle Franco². Assim, o linchamento da personagem Maria representa o genocídio da população negra pela coletividade racista.

No penúltimo parágrafo, uma voz envaidecida expressa com ódio palavras fortes, “Lincha! Lincha! Lincha!” (Evaristo, 2016, p.42). Alguns passageiros descem do ônibus, outros vão em direção a Maria e desferem socos e pontapés. O motorista até tenta defendê-la, alegando que a conhecia, que ela era trabalhadora e sustentava os três filhos sozinha. Todavia, a voz do motorista foi insuficiente diante de diversos passageiros dominados pelo ódio à luz do racismo. Depois do linchamento não havia mais o que ser feito, uma vez que “Maria punha sangue pela boca, pelo nariz e pelos ouvidos” (Evaristo, 2016, p.42). Quando os policiais chegaram, Maria já estava morta:

Tudo foi tão rápido, tão breve. Maria tinha saudades do seu ex-homem. Por que estavam fazendo isto com ela? O homem havia segredado um abraço, um beijo, um carinho no filho. Ela precisava chegar em casa para transmitir o recado. Estavam todos armados com facas-laser que cortam até a vida. Quando o ônibus esvaziou, quando chegou a polícia, o corpo da mulher já estava todo dilacerado, todo pisoteado (Evaristo, 2016, p. 42).

Esse trecho demonstra que Maria tentou resistir, pois precisava sobreviver pelos seus filhos, e queria dar o recado que ex-companheiro havia mandado “um abraço, um beijo, um carinho no filho” (Evaristo, 2016, p. 42). Todavia, a faca-laser (racismo) utilizada pelos passageiros era resistente e fatal, armas como esta que há muito tempo ferem, matam e deixam marcas incicatrizáveis na população negra. Nota-se que a palavra “faca-laser” é mencionada três vezes no decorrer da narrativa, fazendo o leitor refletir sobre os sofrimentos que atravessavam a vida da personagem, até o último momento em que as pessoas, armadas com a faca-laser, conseguiram matar Maria. Este é o momento que fica mais evidente a questão racial, pois a personagem morre porque é mulher e negra. A mulher trabalhadora evidenciada no início da narrativa é rapidamente substituída por um ser ameaçador que precisa ser eliminado da sociedade, sendo Maria mais um alvo do racismo estrutural, da faca-laser que só fere pela preta. Apesar de a narrativa ressaltar que tudo foi rápido e breve, o racismo é o seu completo oposto, pois se manifesta e se transforma há séculos. Maria é vítima da própria cor. Como cantaa poeta, a cor negra que é a mais barata do mercado. A violência é também institucionalizada, se transfigura nas demais personagens, que fazem mais uma vítima, demonstrando a descarada realidade de mais um dia comum.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

² Marielle Franco foi vereadora do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que lutava contra o racismo, a violência e a desigualdade social, e foi assassinada a tiros na noite do dia 14 de março de 2018, na região do Estádio do Rio de Janeiro. Há indícios que Marielle Franco teria sido assassinada por ter atrapalhado os planos de controle territorial da milícia na Zona Oeste e no Complexo da Maré.

O preconceito racial direcionado às pessoas negras é um fenômeno histórico. A escravidão é uma das principais causas do racismo contra o negro em várias partes do mundo. As personagens negras, na ficção e na realidade, durante séculos, foram, muitas vezes, representadas de forma estereotipada na literatura. Essas representações racistas foram usadas para dar ideia de hierarquia, na qual os brancos ocupam o topo e os negros o patamar inferior.

Nesse viés, a literatura afro-brasileira, escrita por Carolina Maria de Jesus e Maria da Conceição Evaristo de Brito, chega até os leitores como um grito que representa a voz de todas as mulheres pretas que, por muito tempo, foram silenciadas e oprimidas. As personagens Bitita e Maria representam a realidade das mulheres que ainda sofrem com o racismo estrutural. O fato de essas narrativas terem sido escritas por duas escritoras negras, que vivenciaram o preconceito racial na pele, oferece uma representação autêntica das experiências e lutas das mulheres negras no Brasil. Carolina Maria de Jesus foi a pioneira a emergir nos efeitos da escravidão impostos à vida dos recém-libertos. Sendo assim, sua escrita é de suma importância para a literatura. Sua escrita transgressora deu origem a outras escritoras negras, a exemplo de Conceição Evaristo. Atualmente, Evaristo é um dos grandes ícones da literatura negra, sendo suas narrativas baseadas em suas próprias vivências, as quais ela chama de “escrevivências”.

Nesse contexto, vivenciar escritoras como Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo faz-se mais que necessário, pois contribui para a abolição de reflexões errôneas e possibilita discussões enriquecedoras sobre o passado que continuam refletindo no presente, indo de encontro ao conservadorismo racial. Isto enriquece a produção literária e permite a inclusão para que diversas vozes e experiências sejam escutadas e apreciadas. E, assim, finalizamos esta pesquisa conscientes de que estudos sobre a obra *O Diário de Bitita* de Carolina Maria de Jesus e o conto “Maria” de Conceição Evaristo podem originar diversas outras análises e reflexões tão pertinentes quanto estas.

REFERÊNCIAS

BORGES, Rosane. **Escrevivência em Conceição Evaristo: armazenamento e circulação dos saberes silenciados.** In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado(Org.). *Escrevivência a escrita de nós: Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo.* Editora MINA Comunicação e Arte. Rio de Janeiro, 2020.p.196.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Escala Ltda, 2012, p.14.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira: um território contesta-do.**1.ed.Vinhedo-SP: Horizonte,2012 p.8-196.

Decreto-lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 24 de jul. de 2023.

DUARTE, Eduardo de Assis. *Por um conceito de literatura afro-brasileira.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

EVARISTO, Conceição. **A Escrevivência e seus subtextos.** In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado(Org.). *Escrevivência a escrita de nós: Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo.* Editora MINA Comunicação e Arte. Rio de Janeiro, 2020.p.33.

EVARISTO, Conceição. Depoimento cedido durante o I Colóquio de Escritoras Mineiras, realizado em maio de 2009, na Faculdade de Letras da UFMG. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

EVARISTO, Conceição. É preciso questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos, diz escritora. Entrevista concedida a Júlia Dias Carneiro. BBC Brasil, Rio de Janeiro, março, 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43324948>>. Acesso em: 20 de junho de 2023.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra**: uma poética de nossa afro-brasilidade. Scripta, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2º sem. 2009.

GABRIEL, Edgar Godoi. **Uma existência atópica**: vida e obra de Carolina Maria de Jesus. Re-vLet – Revista Virtual de Letras, v. 11, nº 01. São Paulo: jan/jul, 2011

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro latino americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negrona literatura brasileira. 2004 p.161-193.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. Ed. Companhia das letras. São Paulo, 1995.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte(MG), 2017 p.12-68.

RIBEIRO, Bruna. Campanha 'Machado de Assis Real' recria imagem do escritor negro. **Estadão**. 2019. Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/blogs/bruna-ribeiro/campanha-machado-de-assis-real-recria-imagem-do-escritor-negro/>>. Acesso em 19 agosto de 2023.

SILVA, Régia Agostinho da. **A mente, essa ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão**. LTP [online]. 2011, vol.29, n.56, pp.11-19. ISSN 2317-0972.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo dom da vida e por me ajudar a atravessar todos os obstáculos durante a jornada acadêmica.

Ao meu irmão, Adriano Almeida, minha eterna gratidão. Seu apoio foi indispensável para a realização deste projeto.

Ao meu esposo que jamais me negou apoio e incentivo. Obrigada por suportar as minhas ausências e, muitas vezes, a minha falta de paciência.

A minha mãe, Maria José, pelo amor incondicional e por sempre estar ao meu lado, não medindo esforços para me proporcionar uma boa educação.

Ao meu pai, Manoel Lopes, (in memoriam) que não pode estar presente neste momento tão importante da minha vida, mas seus ensinamentos e valores fizeram a diferença em minha formação, não só acadêmica, mas como ser humano. Saudades eternas!

A minha orientadora, Silvana Kelly, manifesto minha eterna gratidão. Obrigada pela paciência, ensinamentos e compartilhamento. Eles foram essenciais para o resultado desta pesquisa.

Ao professor Luciano Justino, por ser a inspiração no percurso da literatura. Estudar literatura afro-brasileira e indígena foi um ponto crucial para o desenvolvimento desta pesquisa.

A todo corpo docente da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), que sempre transmitiram seu saber com muita dedicação e profissionalismo.

Aos meus colegas de turma, em especial a Cíntia, Darkciane, Matheus, Sara e Solene, por compartilharem tantos momentos de aprendizagem e por todo o companheirismo ao longo do curso.